

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31

Ata da 89ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Meio Ambiente - CEMA, realizada no dia 01 de Abril de 2014, às 14h30min, na Sala de Reuniões do Lactec, sob a Presidência do Sr. Antônio Caetano de Paula Júnior, e secretariada pelo Sr. João Batista Campos - Secretário Executivo.

O Sr. Secretário Executivo, João Batista Campos:- Srs. Conselheiros, solicito que tomem assento para iniciarmos a 89ª reunião ordinária do Conselho Estadual de Meio Ambiente.

De imediato passo a palavra ao Sr. Antônio Caetano de Paula Júnior - Presidente em exercício deste Conselho e desta reunião de hoje.

O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente, Antônio Caetano de Paula Júnior:- Boa tarde a todos. Obrigado, João Batista, da Secretaria Executiva do nosso Conselho. Antes de mais nada, agradeço a presença de todos e justificar a ausência do nosso Secretário de Estado. Ele está voltando de Londrina e não conseguiu pouso ainda, mas tenho certeza que, mais do que os senhores, ele lamenta profundamente, pois em virtude da legislação eleitoral esta seria a última reunião ordinária que ele presidiria. Então, que fique registrada a minha homenagem ao Secretário e mais uma vez estou diante da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e mais uma vez trouxe grandes avanços ao nosso Estado e ao meio ambiente do Estado do Paraná.

Portanto, inicio a nossa 89ª reunião ordinária do Conselho Estadual de Meio Ambiente pedindo ao nosso Secretário Executivo a verificação de quórum.

O Sr. Secretário Executivo, João Batista Campos (SEMA):- Sr. Presidente, estamos com 25 (vinte e cinco) Conselheiros, portanto quórum amplamente atingido.

O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio Ambiente, Antônio Caetano de Paula Júnior:- Com o quórum atingido, solicito a quem quiser fazer

32 uso da Tribuna Livre que, por favor, faça a sua inscrição junto à Secretaria
33 Executiva do nosso Conselho.

34 Passamos para a discussão e aprovação da Ata da 88ª reunião ordinária
35 deste Conselho. Solicito se podemos dispensar a leitura da Ata, já que todos
36 receberam previamente em seus e-mails. (Pausa). Sem manifestações, dispenso a
37 leitura da Ata da última reunião do Conselho. Em discussão. (Pausa). Em
38 votação. (Pausa). Os que forem favoráveis permaneçam como estão os contrários
39 se manifestem, abstenções. (Pausa). APROVADA por unanimidade.

40 Temos hoje na nossa pauta a apresentação do convênio celebrado entre a
41 SEMA e Ministério de Meio Ambiente que versa sobre a Preparação, Prevenção
42 a Respostas Rápidas (P2R2) de acidentes com produtos químicos perigosos pela
43 Secretaria de Estado de Meio Ambiente. É um programa do Ministério de Meio
44 Ambiente e da Secretaria de Estado de Meio Ambiente, com a Defesa Civil e
45 outros órgãos do Estado, como a Mineropar, Águas do Paraná, Instituto
46 Ambiental do Paraná, na busca de uma solução integrada e inteligente para dar
47 respostas rápidas, como o próprio nome diz, além de uma discussão de
48 prevenção, evitando que depois tenhamos que ficar lamentando sobre os
49 acidentes que nós no Paraná temos, infelizmente, uma história bastante profícua
50 neste sentido.

51 Antes de passar a palavra ao Reginaldo, que é o coordenador do Programa
52 P2R2 na Coordenadoria de Mudanças Climáticas da SEMA, informar que
53 teremos alguns informes por solicitação de alguns Conselheiros sobre Inventário
54 Florestal e outros temas. Então, apesar deste ser o único ponto de pauta, temos
55 outros assuntos que são de extrema relevância por solicitação dos próprios
56 Conselheiros.

57 Com a palavra, Reginaldo.

58 O Sr. Reginaldo Joaquim de Souza (SEMA):- Sr. Presidente do Conselho,
59 Sr. Caetano, Srs. Conselheiros, é uma honra a oportunidade dada para que
60 possamos apresentar o Projeto de Fortalecimento da Comissão Estadual P2R2 de
61 maneira integrada na prevenção, preparação e respostas rápidas.

62 Da mesma maneira, gostaria de agradecer algumas pessoas, dentre elas a
63 Solange - Coordenadora da Sanepar, a Ivonete do DEPAM/IAP, o Coronel
64 Barros e sua equipe da Defesa Civil, e o Caetano da SEMA, que pudéssemos ter
65 a continuidade e o cadastro junto ao Ministério do Meio Ambiente.

66 Antes de fazer a introdução e a explanação do projeto, a criação da
67 Comissão foi instituída no Decreto 7117, de 28 de janeiro de 2013, e criou a
68 Comissão de P2R2. É importante salientar que desde 2001 o Estado do Paraná já
69 possui um histórico com relação à política de implantação a acidentes químicos,
70 só que não de maneira efetiva e de acordo com a diretriz do Ministério do Meio
71 Ambiente, daquele acidente desde 2004. Com isso, para que o Estado pudesse
72 fazer uso dos recursos de ordem federal, foi necessária a instituição desse
73 decreto.

74 Recentemente, em 19 de dezembro de 2013, o Decreto 9747 foi dada a
75 regulamentação interna da Comissão do P2R2 do Estado do Paraná. Envolve 11
76 (onze) instituições permanentes e 17 (dezesete) instituições convidadas. Dentro
77 dele tem um núcleo de atendimento à emergência, tem o secretariado executivo,
78 enfim, tem uma série de tratativas que vão fortalecer qualquer projeto ou
79 programa no Estado.

80 Então, o objetivo geral do projeto: prevenir a ocorrência de acidentes
81 ambientais com produtos químicos perigosos; conhecer as causas e reduzir a
82 probabilidade de sua ocorrência - e têm ocorrido vários acidentes de vários
83 impactos ambiental, principalmente em nível de recursos hídricos, atmosférica e
84 até mesmo a contaminação do solo; preparar-se para respostas rápidas em caso
85 de acidentes - o que temos visto ocorrer hoje são muitas vezes a cena do crime
86 ambiental, do acidente no dia seguinte é feita a limpeza e acabamos não tendo o
87 registro do acidente; interromper os efeitos nefastos, tratar e recuperar os danos
88 ambientais e humanos - a própria área contaminada, a gente tem um repórter de
89 áreas contaminadas no Estado, que hoje temos alguns casos mas não
90 completamente.

91 Objetivos específicos: fortalecer a capacidade de gestão e de integração
92 das instituições públicas e privadas - de que maneira? Com treinamentos, como

93 vocês poderão observar aqui, vou mostrar um breve relato de um simulado que é
94 se ter o Corpo de Bombeiros, o órgão ambiental preparado, se ter outras
95 instituições no Estado que possam entender e possam fazer com que você
96 diminua o tempo de ação, diminuindo o tempo de ação diminuimos o impacto
97 gerado no meio.

98 Ampliar o conhecimento científico e tecnológico sobre as causas e efeitos
99 de acidentes - aqui está envolvida a academia que faz parte do Comitê. Então, é
100 muito importante que a academia traga os seus conhecimentos em nível de
101 tecnologia, de tantas outras opções para que possamos servir isso como modelo
102 até em nível nacional.

103 Aprimorar a capacidade operacional de prevenção e resposta - aqui
104 envolve aquele que vai dar o primeiro atendido, no caso o Corpo de Bombeiros,
105 ter equipamento adequado para que não ocorram riscos de morte e nem de
106 contaminação, principalmente no atendido ao acidente. Então, isso também faz
107 parte do projeto.

108 Modernizar a base física de instalações e equipamentos. Aqui entra não só
109 o núcleo de atendido de produtos químicos perigosos que está proposto no
110 projeto, mas também a questão do órgão ambiental que vai fazer o
111 monitoramento, o acompanhamento, a fiscalização. E se tiver o aparato
112 tecnológico capaz de se ter maior celeridade na resposta rápida.

113 Vou citar o que compete a cada órgão e começo com a Defesa Civil. A
114 Defesa Civil é uma importante *tech holding* desse processo todo hoje já temos
115 quinze coordenadorias regionais situadas em quinze grandes grupos de
116 aprimoramento, mas o projeto nesse processo vamos trabalhar só com cinco,
117 porque o recurso não atende todos os núcleos, todas as regionais. A idéia é que
118 em cada núcleo desses possamos captar um gestor e esse gestor possa ter
119 efetividade em cada núcleo de maneira integrada, falando a mesma língua em
120 cada um desses núcleos. A partir do momento em que tivermos esses cinco
121 núcleos bem embasados, a idéia é replicarmos para as demais localidades para
122 que possamos atender os 399 municípios e nenhum ficar desguarnecido.

123 Com relação ao IAP, a gente já conhece a estrutura com relação aos 21
124 escritórios regionais, a tendência é que possamos explorar ao máximo a estrutura
125 que já existe, podemos também capacitar um integrante dessas regionais
126 integrante no processo todo, e também não só a questão da qualificação mas de
127 equipamentos, que possamos ter uma efetividade nas análises físico-químicas e
128 biológicas, que a gente não precise demorar um tempo para dar uma resposta à
129 sociedade civil, uma resposta rápida ao setor privado e identificarmos as causas
130 dos acidentes com produtos químicos perigosos.

131 Com relação à Sanepar, atende a aproximadamente 93% o fornecimento
132 de água. Então, nada mais justo, por ser um bem, se ter a proteção dessas redes
133 de abastecimentos, então é uma coisa superimportante no processo. Além disso,
134 também verificamos que, além dos projetos que estão contemplados em nível de
135 bacia, de contenção, está previsto o dispositivo de segurança - isso falando só do
136 modal rodoviário. Então, para cada trecho identificado, feito a leitura, se neste
137 trecho detectarmos que realmente o melhor dispositivo, por exemplo, é um radar,
138 será implantado o radar. Se entendermos que não é um radar, que seria uma
139 estrutura ou mudar a estrutura, dependendo da via de acesso, vai ser tomada essa
140 decisão.

141 Então, como havia comentado definição das cinco regiões do Paraná mais
142 críticas quanto aos danos ambientais, definição dos rios de abastecimento dos
143 mananciais mais importantes nestas regiões e que mais constantemente são
144 atingidos ou colocados em risco por acidentes com produtos perigosos, projetos
145 para implantação de bacias, como havia comentado. Estão previstas dez bacias de
146 proteção, criação de protocolo de atendimento, equipamento com material básico
147 como mencionei. Aqui é uma questão de transparência, que já foi feita a
148 publicação no Diário Oficial do convênio.

149 Aqui está mais referente do próprio projeto. Como comentei a idéia sobre
150 o treinamento por uma equipe que tenha capacidade, que atenda as normas, que
151 possam vim com instrumentação e a caracterização de todo o processo. É
152 importante que se trate aqui a questão da adequação, envolve EPI, roupas de

153 classe a, b e c, são equipamentos caríssimos, envolve mais de cento e poucos
154 itens de aquisição.

155 Aqui é a estrutura dos custos, dos valores. Os kits operacionais, como
156 mencionei, são itens de segurança, de EPI's - Equipamento de Proteção
157 Individual, kit de instrução e capacitação para os núcleos de atendidos a produtos
158 químicos e perigosos, os projetos de bacia de contenção, as instalações de bacia
159 de contenção e equipagem do laboratório de análise de água e solo que envolve a
160 questão de vários equipamentos, dentre eles análises de óleos e graxas, enfim,
161 uma série de equipamentos.

162 Aqui os encaminhamentos, a questão da validação do convênio e a visita
163 da equipe do Ministério de Meio Ambiente ao Estado do Paraná para conhecer as
164 instalações físicas do IAP, Sanepar e fazer a aprovação do plano de trabalho
165 junto ao Comitê Estadual de P2R2.

166 Era isso. Agradeço mais uma vez pela oportunidade em dar esses informes
167 em relação ao Projeto P2R2 do Estado do Paraná. Obrigado.

168 O Sr. Presidente do CEMA, Antônio Caetano de Paulo Júnior:- Parabéns,
169 Reginaldo, que desde o começo capitaneou junto com o Rubel e o pessoal da
170 Defesa Civil a busca desse recurso do Governo Federal, capitalizando e
171 capacitando o Estado do Paraná a uma situação de resposta a acidentes químicos.

172 Deixo a palavra aberta por alguns minutos para quem queira fazer algum
173 questionamento.

174 A Sra. Carmem Terezinha Leal (Sindiseab):- Gostaria de saber sobre as
175 bacias de contenção, o que seria exatamente isso e onde seriam instaladas. O
176 valor é bastante baixo e gostaria de uma explicação a respeito disso.

177 O Sr. Reginaldo Joaquim de Souza (SEMA):- Não é a instalação, está
178 previsto só o projeto de elaboração, o projeto de execução não está contemplado.
179 Está previsto o avanço dos estudos para entender melhor sobre as áreas de risco e
180 a aplicação dos dispositivos de seguranças, entender qual dispositivo de
181 segurança melhor para ser instalado naquelas cinco regiões.

182 O Sr. Presidente do CEMA, Antônio Caetano de Paulo Júnior:- Mais
183 algum Conselheiro?

184 O Sr. Conselheiro Adriano Wild (Mater Natura):- Boa tarde. Essa
185 apresentação tem a finalidade de ser um preparatório de um projeto de lei?

186 O Sr. Reginaldo Joaquim de Souza (SEMA):- Não, não é um preparatório
187 de um projeto de lei. Em um projeto de execução que envolve as três entidades,
188 as três instituições, a princípio envolve a questão dos serviços, de produtos e
189 equipamentos.

190 A questão do Comitê, como mencionei anteriormente, aí sim, o Comitê é
191 consultivo e deliberativo e lá pode ser analisada a questão de projeto de lei,
192 resolução e decreto envolvendo os produtos químicos perigosos.

193 O Sr. Conselheiro Adriano Wild (Mater Natura):- Então, a partir dessa
194 resposta, isso tem algum prazo para ser efetivamente instituído? Faço esta
195 pergunta, porque pegando o exemplo do incêndio que aconteceu em Paranaguá,
196 foram detectado pelo menos oito produtos tóxicos de alta toxicidade e foram
197 lançados no mar e conseqüentemente atingiu as populações ribeirinhas. Então,
198 faz sentido apressar a instalação dessa Comissão para que acabe funcionando
199 obviamente. Esse comitê é composto da Sema, Sanepar, Bombeiros e IAP?

200 O Sr. Reginaldo Joaquim de Souza:- O Comitê é muito mais amplo, mas
201 as instituições que estão no projeto sim fazem parte do Comitê. E nossa questão é
202 que possamos ter esse trabalho executado. Isso é só uma parte, isso eu diria que
203 seria 10% do projeto maior, do projeto macro que envolve o Banco Mundial. Isso
204 é para atendermos um gargalo, uma defasagem que já existe. Isso está previsto
205 para dois anos, dentro do acompanhamento do conjunto do Ministério do Meio
206 Ambiente onde temos que reportar relatórios trimestrais, reportando o uso do
207 recurso público federal. Então, tem todo o sistema de cadastramento e de
208 lançamento. Ele tem que atender o prazo.

209 O Sr. Conselheiro Evandro Pinheiro (Secretaria de Turismo):- Talvez
210 vocês estejam pensando em adotar processos de comunicação, informando as
211 regiões, os locais, espaços, territórios onde haja maior risco? Está se pensando?
212 Se o empresário, alguém que tiver um empreendimento nessas regiões de maior
213 risco poderá, por livre e espontânea vontade, fazer seguros de lucro cessante, por
214 exemplo.

215 O Sr. Reginaldo Joaquim de Souza (SEMA):- A Defesa Civil já tem uma
216 página no site que trata que todas as informações - inclusive vocês podem acessar
217 na Defesa Civil, do lado direito, tem um link de produtos químicos perigosos,
218 todas as atas das reuniões que foram feitas desde ano passado até hoje e já tem o
219 mapeamento de alguns locais onde ocorrem alguns acidentes, que são mais
220 susceptíveis. Mas a idéia é ampliar e termos uma caracterização, um mapeamento
221 maior de áreas, não só de transporte com acidentes, mas de armazenamento que
222 envolva produtos químicos perigosos.

223 A Sra. Conselheira Gislene Lessa (ITCG):- Se houve, por parte do grupo
224 que elaborou o projeto, algum estudo em relação à base cartográfica existente na
225 escala para 50.000 que a gente trabalha, e se é suficiente para demanda que se
226 apresenta, considerando também que ela tem certa idade. Se houve esse estudo
227 ou se há esse tema na pauta da discussão do projeto.

228 O Sr. Reginaldo Joaquim de Souza (SEMA):- Isso vai ser feito com
229 certeza, já está previsto no projeto macro que envolve o recurso do Banco
230 Mundial, está prevista a ampliação do mapeamento.

231 O Sr. Presidente do CEMA, Antônio Caetano de Paulo Júnior:- Não
232 havendo mais manifestações, mais uma vez agradecemos, Reginaldo, e que a
233 gente consiga em breve fazer o relatório do nosso projeto que deve começar em
234 breve.

235 O Sr. Reginaldo Joaquim de Souza (SEMA):- Eu que agradeço.

236 O Sr. Presidente do CEMA, Antônio Caetano de Paulo Júnior:- Então,
237 seguindo a nossa pauta, vou pedir para que a Gracie, a pedido do Conselheiro
238 Adriano, use a palavra para fazer uma explanação sobre o andamento atual do
239 Inventário Florestal Nacional no Estado do Paraná. A Gracie é quem está
240 coordenando o projeto no Estado, junto com a Coordenadoria de Biodiversidade
241 e Florestas.

242 Após a fala da Gracie, vou fazer dois informes referentes à nossa
243 Secretaria e algumas ações que estamos realizando em virtude de decisões desse
244 Conselho.

245 A Sra. Gracie Abad Maximiano (Sema):- Boa tarde a todos. Em primeiro
246 lugar gostaria de conceituar o inventário, porque quando nos foi solicitado, foi
247 justamente essa questão, a pessoa queria conhecer. Então, talvez eu esteja sendo
248 repetitiva para alguns, mas é importante que todos saibam o que é o Inventário
249 Florestal do Paraná que faz parte do Inventário Florestal Nacional.

250 É um levantamento periódico, vai ocorrer a cada cinco anos de parcelas
251 amostrais, estabelecidas sistematicamente para facilitar o diagnóstico e
252 monitoramento dos recursos florestais do Brasil.

253 O objetivo é fornecer informações para subsidiar a definição de políticas
254 florestais, gestão dos recursos florestais e a elaboração de planos de uso e
255 conservação dos recursos florestais.

256 Os resultados são os estoques de biomassa e carbono, biodiversidade,
257 saúde e vitalidade das florestas, manejo florestal e importância social que as
258 florestas desempenham, porque junto com esse inventário será feito um
259 inventário socioeconômico.

260 O responsável no Brasil é o Serviço Florestal Brasileiro, e o Gilson é o
261 chefe da Unidade Regional Sul.

262 Temos a grade esquemática nacional de pontos de amostragem do
263 Inventário Florestal Nacional. Esses pontos são sistemáticos, vem para o mundo
264 inteiro, aqui está a grade no Brasil e aqui no Paraná como vai ficar. Então, o
265 inventário florestal foi distribuído em três fases no Paraná. A fase um já foi feito
266 levantamento de campo pelo Serviço Florestal Brasileiro nessas três
267 mesorregiões aqui. Essas linhas amarelas mais clarinhas são as que já estão em
268 fase de tabulação de dados.

269 A segunda fase também o Serviço Florestal Brasileiro está fazendo, o
270 edital de licitação está aberto, e pega esta parte de amarelo mais escuro aqui,
271 essas mesorregiões. E o Estado do Paraná fica responsável por esta parte que está
272 em verde.

273 O total de amostras do Estado do Paraná são 550 pontos que serão
274 levantados. Ao todo o Paraná, juntando o Serviço Florestal Brasileiro e o que o
275 Estado fará serão esses 550 que ficam distribuídos da seguinte forma: Fase 1-

276 152 pontos, que estão em fase de tabulação; a fase dois, que serão 237 pontos,
277 que estão sendo licitados pelo Serviço Florestal Nacional; e a fase três da Sema,
278 que são 161 pontos.

279 Qual a situação atual do Inventário Florestal no Paraná? Temos o
280 convênio com o Serviço Florestal Brasileiro assinado em 30 de abril de 2012. A
281 Sema está é uma informação bem recente, acredito que até o Caetano pode
282 confirmar, foi liberado recursos orçamentários para a SEMA executar o Projeto.
283 Então, devemos fechar o Estado do Paraná em breve. E o Serviço Florestal
284 Brasileiro, que pertence ao Ministério de Meio Ambiente, nós temos a fase um
285 com que são os dados sendo tabulados e a fase dois que é o edital de licitação
286 aberto até 11 de abril de 2014.

287 Aqui temos os pontos que nós vimos no mapa do Estado do Paraná, aqui
288 em cima. Cada potinho desse é essa cruz. Então, vou entrar na metodologia e o
289 Gilson vai nos ajudar a responder aqui. Então, cada ponto amostral, esses 550
290 que o Paraná vai ter, cada ponto desses vai ser como se fosse essa cruz aqui.
291 Aqui no Estado do Paraná vamos ter o levantamento de cada ponto, vai ter um
292 ponto central aqui, vai ter um transecto, vai ter dez metros, onde ele vai levantar
293 a micromassa e a serrapilheira. Ou seja, tudo aquilo que vai estar sobre esse
294 transecto. Ele está dividido em parcelas, nós temos quatro grupos de parcela.
295 Aqui vamos ter a subparcela que vai ter dez metros por dez, cada quadradinho, e
296 dentro desse levantamento de dez por dez vão ser levantadas todas as espécies
297 que tiverem um diâmetro superior a dez centímetros. Então, vai ser
298 diagnosticada, vai ser registrada cada uma dessas espécies que ocorrerem dentro
299 dessas parcelas.

300 Uma dessas parcelas vai ter, dentro desse grupinho aqui, uma subparcela
301 que vai ter cinco por cinco metros e vai ser levantada toda a espécie com
302 diâmetro menor que cinco centímetros. Serão registradas todas essas espécies. E
303 nós ainda vamos ter uma subparcela que será das herbáceas que é de quarenta
304 centímetros por sessenta centímetros. Vai ser levantado tudo o que ocorre nesse
305 espaço menor ainda.

306 Então, no Estado do Paraná vamos ter um levantamento numa escala de
307 1x1. É uma escala onde o pessoal vai fazer caminhamento no campo, levantando
308 e registrando toda a nossa ocorrência de biodiversidade.

309 Agora, vou pedir para o Gilson - Chefe do Serviço Florestal, para
310 continuar falando sobre a importância e ocorrência.

311 O Sr. Gilson de Souza:- Primeiro agradecer a SEMA, especialmente à
312 Gracie, pela oportunidade de divulgarmos este trabalho que é bastante grande,
313 porque engloba o levantamento em todo o território nacional. A Gracie explicou
314 muito bem a metodologia, a importância desse inventário, e aqui temos algumas
315 variáveis que pretendemos captar nesse levantamento. Essas amostras, a
316 princípio, devem ser alocadas em campo a cada vinte quilômetros, por isso o
317 total de 550. Mas obviamente que havendo alguma necessidade, algum interesse
318 específico em determinada região que seja considerado um retrato mais apurado,
319 essa metodologia permite que essas amostras sejam aplicadas de forma
320 condensada. Por exemplo, num espaçamento a cada dez quilômetros ou até
321 cinco, enfim, dependendo do que seja considerado importante ser capturado
322 nesse levantamento de campo.

323 Essa é a etapa de campo, o inventário vai um pouco além. Tem também
324 um trabalho de levantamento de imagens que a metodologia ainda está sendo
325 desenvolvida pela Embrapa que pretendemos aplicar no final do levantamento de
326 campo, esperamos estar iniciando a parte de levantamento de imagens. Enfim,
327 aqui tem uma série de dados que gente pretende captar com essas informações,
328 não vou ler, mas queria deixar claro que é um inventário que vai além do
329 Inventário Florestal que conhecemos tradicionalmente. Primeiro porque não é um
330 levantamento especificamente em áreas de floresta, as amostras são
331 sistematicamente distribuídas no território do Paraná, então muitas dessas
332 amostras não recaíram sobre áreas com florestas. Mas aí pretende ir além e captar
333 a dinâmica dessas florestas, porque, como a Gracie já disse, ele deve ser repetido
334 a cada cinco anos. Então, esperamos com isso, numa série histórica, perceber a
335 tendência de distribuição das florestas e podermos ter uma recuperação, seja com

336 o auxílio do homem ou natural. Então, é além de um inventário
337 caracteristicamente conhecido pelos engenheiros florestais mais tradicionais.

338 Além disso, prevê a coleta de solo. Todos os pontos amostrais terão quatro
339 levantamentos de amostras de solos os quais serão enviados para laboratório.
340 Além disso, todas as amostras de espécies arbóreas e herbáceas encontradas
341 serão coletadas. A primeira etapa já realizada, as amostras estão depositadas no
342 herbário de Curitiba onde os botânicos confirmam a identificação dessas
343 espécies. Num primeiro momento é feito pelos técnicos em campo, mas
344 obviamente esses técnicos, muitas vezes, não têm o conhecimento suficiente de
345 um botânico que trabalha especificamente com plantas. Então, essas amostras são
346 enviadas para os herbários aqui de Curitiba e uma amostra é remetida ao herbário
347 nacional do Rio de Janeiro, que também terá uma amostra de cada uma das
348 plantas recolhidas em todo o território nacional.

349 Aqui mais uma série de informações que a gente espera conseguir com
350 esse levantamento. Essa metodologia foi discutida durante seis anos ou até mais.
351 Desde 2006 temos trabalhado nisso, uma série de especialistas no assunto foram
352 convidados, participando com seus conhecimentos, visitamos vários outros
353 inventários em várias partes do mundo e basicamente foi a metodologia que
354 concluímos ser a mais adequada para a situação do Brasil.

355 Obviamente que os países do norte têm uma facilidade muito maior em
356 função da pouca variedade de espécies vegetais em relação ao Brasil. Outra
357 questão como a fragmentação que é muito importante, enfim, são informações
358 bastante interessantes que servirão aos gestores tomarem posição sobre as futuras
359 políticas públicas que devem ser implantadas no Brasil e nos Estados. Então, é
360 um inventário estratégico, não é um inventário de cunho direcionado como
361 normalmente se fazem nas empresas ou em escalas mais reduzidas do território,
362 mas é um inventário que se pretende ser uma ferramenta estratégica para embasar
363 essas decisões de políticas públicas que esperamos ser implementadas com base
364 nessas funções.

365 O Estado de Santa Catarina é um estado que já terminou o seu
366 levantamento, por isso eu cito a importância desse tipo de levantamento. Eles já

367 estão usando isso para formulação das suas políticas, ele se antecipou porque
368 quando iniciamos essa discussão o Estado de Santa Catarina já tinha a decisão de
369 fazer esse levantamento, nós entramos em contato e eles utilizaram a mesma
370 metodologia que agora estão tendo os seus resultados divulgados. Além disso,
371 tudo o Brasil já faz parte de diversas convenções internacionais e desde sempre
372 tivemos muitas dificuldades em fornecer esses dados para essas instituições, até
373 porque eles nunca foram produzidos de forma sistemática e na hora de fazer
374 esses relatórios, além da dificuldade, temos que admitir que muitas coisas não
375 eram com embasamento que deveria ser na questão científica.

376 Então, esse inventário vai ser também uma ferramenta muito importante
377 para mostrarmos aos organismos internacionais e conseguirmos ajuda externa,
378 enfim, seja lá o que precisarmos de apoio dessas instituições.

379 Então, fico à disposição para qualquer dúvida junto com a Gracie.

380 O Sr. Presidente do CEMA, Antônio Caetano de Paulo Júnior:- Primeiro
381 parabéns à Gracie e ao Gilson. E antes de abrir a palavra para alguns
382 Conselheiros, queria que ficasse consignada em Ata a homenagem, as minhas
383 congratulações ao Serviço Florestal Brasileiro. Uma das primeiras agendas, na
384 minha chegada à Secretaria, foi junto com o pessoal do Gilson. O Gilson tinha
385 acabado de ser nomeado aqui em Curitiba como representante e eu estive em
386 Brasília com o Joberto onde tivemos as mais variáveis credenciais do Gilson que
387 foi elogiado bastante, mas independente da pessoa dele, este trabalho sendo
388 desenvolvido vai dar uma dimensão da nossa biodiversidade, do tamanho da
389 nossa massa vegetal, do tamanho da possibilidade do sequestro de carbono e
390 tantas outras coisas que foram faladas, porque só dá valor aquele que conhece. E
391 esse é o primeiro passo fundamental para que consigamos, de uma vez por todas,
392 estabelecer a agenda da conservação da biodiversidade no Paraná de uma forma
393 extremamente profissional e cada vez mais engajado.

394 Então, Gilson, por favor, leve os meus cumprimentos ao Joberto e a toda
395 equipe do Serviço Florestal e também os meus agradecimentos e os meus
396 parabéns à Gracie que tem tocado isso. Graças a FAO que está fazendo o
397 financiamento e ao Serviço Florestal Brasileiro, a fase um e a fase dois estão

398 sendo financiadas pelo Serviço Florestal Brasileiro. E nós, através do projeto
399 banco multissetorial, acabamos de liberar a fase três, como a Gracie colocou, e
400 estamos finalizando o termo de referência para contratação. Então, sem o apoio
401 do serviço seria impossível o Paraná almejar essa maravilhosa conquista
402 estratégica para a biodiversidade no Paraná. Meus cumprimentos! Agora fica
403 aberta a palavra a todos Conselheiros que queiram fazer questionamentos.

404 A Sra. Conselheira Laura Jesus de Moura e Costa (CEDEA):- Primeiro
405 cumprimentar a Gracie e o Gilson pela proposta de trabalho e acho que vai ser
406 bem interessante chegar a um resultado importante para nós.

407 Eu queria levantar duas questões que sempre bato, sempre estou insistindo
408 nisso. A primeira é que nós tínhamos já um zoneamento econômico ecológico,
409 ecológico econômico do Estado, eu não sei, eu não vejo implantado esse
410 zoneamento. Então, que esse inventário cruze com o zoneamento para ver até que
411 ponto se consegue efetivar um zoneamento ecológico econômico no Estado. E
412 junto com isso eu insisto na questão do zoneamento do plantio de pinus e
413 eucalipto.

414 Eu me lembro que teve um debate no Canal da Música e foi trazido um
415 monte de dados sobre o prejuízo de se deixar plantar o pinus e não foi feito um
416 levantamento de dados para vermos o prejuízo com a perda da mata nativa.
417 Então, a lógica do inverso também tem que valer, porque aí se perde espécie,
418 perde solo, tem erosão. Então, se desse para encaixar nesse inventário também
419 esse diagnóstico de uma valoração ou uma forma de reverter a perda, do prejuízo
420 que temos com a perda da mata nativa.

421 E a outra questão é em relação a solo, que também é uma questão bem
422 antiga que a gente vem insistindo. Não sou especialista em solo, conheço um
423 pouco da bioquímica, mas pelo o que entendo o fato de se retirar toda essa
424 camada de serrapilheira da mata nativa dá uma infiltração lógica de água no solo,
425 uma recarga de aquíferos como uma proteção de solos para combater a erosão, a
426 substituição dessa camada de serrapilheira por uma das fibras dos galhos de
427 pinus, altera bastante o solo. E no meu entender esse solo fica mais salinizado,
428 ele se acidifica primeiro e acaba ficando mais salinizado deixando a água mais

429 salobra, mais salgada, já que há um escoamento, uma lavagem mais rápida de
430 solo.

431 Então, se conseguisse nessa amostragem de solo provar isso, que o pínus
432 está alterando a qualidade da água do aquífero, principalmente do Aquífero
433 Karsten na região metropolitana norte Vale do Ribeira, acho que seria uma
434 questão muito importante, inclusive para reverter essa política de plantio de
435 pínus, que é bastante danoso para os rios principalmente, para o solo mas para os
436 rios também, porque é enorme a quantidade de terra, de solo que é carregada com
437 as chuvas sempre, todo o ano, para o leito dos rios.

438 O Sr. Gilson de Souza:- Primeiro com relação ao zoneamento, o inventário
439 é uma ferramenta de fundamental importância para conseguirmos um
440 zoneamento mais adequado dentro da conciliação do uso e da preservação do
441 nosso território. Então, ele é sem dúvida nenhuma, não sei exatamente em que pé
442 se encontra o zoneamento no Estado do Paraná, mas certamente o inventário
443 deve ser uma ferramenta intensamente explorada na hora de se fazer esse
444 zoneamento ou mesmo uma revisão que certamente deve acontecer de tempo em
445 tempo. Então, é uma ferramenta realmente bastante importante neste aspecto.

446 Quanto ao pínus eu não tenho conhecimento sobre essas questões de
447 acidificação do solo, eu não trabalho com essa área, mas certamente essas
448 amostras de solo serão recolhidas e muito desses pontos amostrais recairão sobre
449 reflorestamento de pínus. Obviamente que os resultados que obtivermos poderão
450 ser utilizados para esses estudos, pois, com a gama de informações que devemos
451 conseguir com esse levantamento, também vai ser de extrema importância
452 inclusive para a academia desenvolver os seus trabalhos, para balizar toda uma
453 política inclusive de preservação de solo.

454 E especificamente em relação ao pínus, nós tratamos especificamente do
455 levantamento sistemático das amostras de campo, mas o Serviço Florestal junto
456 com a SEAB está fazendo o mapeamento dos plantios de pínus do Paraná e
457 casando todas essas informações será bastante importante na condução dessas
458 áreas que podem receber o pínus ou não. A mata nativa em termos ambientais é
459 muito mais importante, mas a gente sabe que as coisas não são bem assim, a

460 questão do uso do solo é uma necessidade que a gente não tem como fugir.
461 Então, um dos objetivos é fazer esse levantamento, que já está sendo executado
462 esse mapeamento não só de pinus, de floresta plantada de modo geral e
463 certamente deve ser bastante útil para as novas políticas de implantação de
464 incentivo a essas florestas artificiais, esses reflorestamentos melhor dizendo.

465 Agora, quanto a acidificação do solo eu não tenho conhecimento, mas
466 essas amostras e os resultados poderão dar bastante informação a respeito disso
467 em um futuro próximo.

468 O Sr. Presidente do CEMA, Antônio Caetano de Paulo Júnior:- Antes de
469 passar a palavra ao Carlos e ao Tarcisio, só quero pedir que a gente não
470 transforme esse momento numa discussão sobre floresta plantada e não plantada.
471 O objetivo do inventário florestal é o levantamento geral. Não é uma análise
472 científica, mesmo porque a gente não vai ter a linha de base em relação ao solo, a
473 anterioridade do plantio de floresta plantada ou de floresta nativa. Se me
474 permitirem, é uma sugestão, para que possamos abrir esse debate no futuro, se
475 for o caso, mas nem é da metodologia do inventário florestal porque não tem a
476 anterioridade do solo. Como era o solo antes, como vou dizer se o solo está se
477 acidificando se não tenho uma linha de base anterior a isso para comprovar ou
478 não. E quais outros elementos tiveram chuva ácida, ou não teve? Qual o
479 contribuinte de poluição difusa, qual não é? Ou seja, para que a gente não
480 transforme um trabalho científico da profundidade do inventário florestal, num
481 dos pontos do qual ele vai abordar obrigatoriamente, porque um ponto vai cair
482 sobre área de campo, vai cair sobre cidade, vai cair sobre floresta plantada, que a
483 gente não transforme o projeto que é fazer um levantamento de tudo o que foi
484 colocado pelo Gilson e pela Gracie em relação ao conhecermos a biodiversidade,
485 onde estão os massivos florestais e qual a espécie - só para fazer uma observação,
486 muitas pessoas não imaginavam que as palmeiras eram as principais árvores da
487 Amazônia e o inventário florestal, que está sendo terminado, está demonstrando
488 que são majoritariamente desse gênero as árvores da floresta amazônica. Esse é o
489 sentido.

490 A Conselheira Laura, em nome do CEDEA, levanta um apontamento que
491 o Conselho pode se debruçar e de forma oportuna, entretanto, peço aos
492 Conselheiros que a gente não transforme a discussão do inventário numa
493 discussão de solo porque não é o ponto focal disso.

494 Então, passo a palavra ao Carlos e depois ao Tarcisio.

495 O Sr. Conselheiro Carlos Mendes:- Agradeço as palavras do Presidente e é
496 exatamente essa a minha consideração, para não transformarmos a apresentação
497 do inventário florestal, magnífico trabalho que vem sendo desenvolvido no
498 Estado do Paraná, numa discussão que precisamos ter dados científicos. Então, é
499 para reforçar que nós, junto com a Secretaria de Agricultura do Estado do Paraná,
500 na segunda parte do inventário que é o inventário de florestas plantadas que vai
501 fazer o complemento junto às florestas nativas ou área de conservação.

502 Nós temos no Estado do Paraná florestas plantadas do gênero pínus e
503 gênero eucalipto, e o setor de florestas plantadas tem para cada cem hectares de
504 floresta plantada oitenta hectares de área de conservação. É o maior ativo de
505 floresta de conservação do Estado do Paraná. Se lembrarmos que o Parque
506 Nacional do Iguaçu tem 190 mil hectares de floresta, o setor florestal do Estado
507 do Paraná de floresta plantada tem perto de 700 mil hectares.

508 Então, levando em consideração as palavras do nosso Presidente da Mesa,
509 que a gente tem que tomar muito cuidado em afirmações não científicas para que
510 se jogue num estado em que o setor não merece. Só queremos reafirmar isso, a
511 quantidade de floresta plantada e que quantidade de floresta nativa que o setor
512 tem. É o único setor do agronegócio que possui um patrimônio de conservação
513 desta natureza. Obrigado.

514 O Sr. Presidente do CEMA, Antônio Caetano de Paulo Júnior:- Com a
515 palavra Tarcisio da Secretaria de Abastecimento e Agricultura do Paraná.

516 O Sr. Conselheiro José Tarcisio Fialho Filho (SEAB):- Boa tarde a todos.
517 Já me roubaram a minha fala, mas queria complementar o que o Carlos falou. A
518 Secretaria de Agricultura junto com o Ministério de Meio Ambiente faz a
519 complementação ou está fazendo, está em fase de definição de metodologia e as
520 tomadas de preço para o levantamento ou o inventário das áreas de floresta

521 plantada. Então, é um complemento, com certeza vai entrar no inventário
522 ecológico e econômico que a Laura acabou de afirmar, até porque a Secretaria de
523 Agricultura também participa de todo esse trabalho. Só para dizer que esse
524 trabalho é conjunto, não existe uma coisa fora da outra, ou seja, estamos
525 alinhados, a SEMA tratando um pouco mais das florestas nativas e a Secretaria
526 de Agricultura com as florestas plantadas. Era só isso.

527 O Sr. Presidente do CEMA, Antônio Caetano de Paulo Júnior:- Estão
528 inscritos a Carmem e depois o Adriano, e na fala da Carmem vou pedir para
529 encerrarmos as inscrições. Com a palavra a Carmem do Sindiseab.

530 A Sra. Carmem Terezinha Leal (Sindiseab):- Eu só gostaria de saber do
531 Gilson se já foi definido quase serão os níveis de acesso a essas informações. Ou
532 seja, quem terá acesso a essas informações e se serão em tempo real, se o cidadão
533 comum vai ter acesso ou só as grandes empresas? Como isso vai funcionar?

534 O Sr. Gilson de Souza:- Uma estratégia do Ministério do Meio Ambiente,
535 mais especificamente o Serviço Florestal, é a implantação do Sistema Nacional
536 de Informações Florestais. Então, essas informações estarão abertas de modo
537 geral à comunidade do Brasil todo. Esses dados serão primeiramente registrados,
538 tabulados, tratados, mas as informações serão abertas ao público de uma forma
539 geral. O objetivo maior é que se atinjam principalmente os gestores, porque o
540 objetivo maior é embasar as políticas públicas nos estados, em todo o território
541 nacional. Mas essas informações serão amplamente divulgadas e abertas ao
542 público em geral.

543 O Sr. Presidente do CEMA, Antônio Caetano de Paulo Júnior:-
544 Aproveitar para responder, Carmem. Nós já tínhamos conversado, eu e a Gracie,
545 nós vamos fazer uma página na internet voltada só para isso no Paraná, se
546 conseguirmos vamos publicar isso e ficar disponível para pesquisadores e
547 interessados. Então, qualquer cidadão, mas de repente uma universidade queira
548 se debruçar como é o caso da FURB em Santa Catarina, que foi a parceira de
549 primeira hora do inventário florestal de Santa Catarina, faça um estudo e desse
550 estudo tenhamos outros estudos, porque este inventário, para finalizar o que
551 queria dizer, é uma ferramenta que vai criar múltiplos outros produtos com base

552 no pensamento estratégico futuro para o Estado do Paraná. Então, quanto mais
553 pessoas se debruçarem sobre esses dados mais produtos teremos. Então, é de
554 interesse da gestão e do próprio Serviço Florestal, como o Gilson colocou deixá-
555 los absolutamente publicizados.

556 O Sr. Gilson de Souza:- Só complementando, a publicação será dos dados
557 tratados, mas seja lá a academia ou outra instituição que deseja ter acesso aos
558 dados brutos, é apenas entrar em contato que eles serão disponibilizados também
559 para toda a comunidade.

560 O Sr. Conselheiro Adriano Wild (Mater Natura):- Minha pergunta é se
561 vocês já imaginam em quanto tempo esses dados todos serão disponibilizados.

562 O Sr. Gilson de Souza:- Nós imaginamos para o Estado do Paraná
563 especificamente até meados do próximo ano ou segundo semestre, talvez, já
564 tenhamos esses dados disponíveis, pelo menos boa parte deles.

565 O Sr. Presidente do CEMA, Antônio Caetano de Paulo Júnior:- Gilson e
566 Gracie, mais uma vez o meu muito obrigado, parabéns pelo trabalho e que
567 possamos, como falei anteriormente, nos debruçarmos sobre ao dados, que os
568 Conselheiros depois possam ter acesso. A intenção é que a coleta dos dados
569 acabe este ano ou começo do ano que vem e tenha o período que o Gilson
570 colocou para fazer a tabulação e a publicação dos dados tratados. Gilson,
571 obrigado, Gracie, obrigado. Obrigado a todos os Conselheiros pelo entendimento.

572 A pedido do Conselheiro Adriano vamos providenciar um exemplar para
573 cada um dos Conselheiros da publicação dos indicadores do desenvolvimento
574 sustentável das bacias hidrográficas do Estado do Paraná. É uma coletânea de
575 informações tratada pelo Instituto Iparde do Paraná ligado à Secretaria de
576 Planejamento, mas que começou um pouco antes, e aqui quero que registre em
577 Ata a homenagem a arquiteta Carmem e a Ana que fizeram todo esse trabalho
578 inicial, e que depois em um trabalho do Iparde que hoje se apresenta nesse livro
579 que trata sobre a qualidade ambiental e trata dos indicadores de sustentabilidade
580 por bacia, pensando meio ambiente por bacia, como a natureza é um pouco mais
581 sabia que nós, já decidimos como se deve pensar o meio ambiente.

582 Então, ele está disponível na internet, tanto no site da Secretaria como no
583 site do Iparde, é aberto a todo cidadão que quiser fazer consulta *on line*, mas
584 acredito que tenhamos alguns exemplares ainda, que o Conselho possa fazer uso
585 dele para mais pessoas terem acesso, se debruçarem e perceberem algumas
586 situações boas e outras não tão boas e alarmantes que encontramos em relação à
587 qualidade ambiental por bacia hidrográfica.

588 De forma muito rápida, o ano passado este Conselho fez a aprovação,
589 depois de um debate bastante longo, de uma Resolução 88/2013 que tratava da
590 descentralização do licenciamento ambiental no Estado do Paraná. Fruto da Lei
591 Complementar 140, da qual o Instituto Ambiental do Paraná expôs a este
592 Conselho, quais seriam as normas e os procedimentos para que a
593 descentralização acontecesse no Estado. Então, existe uma lei complementar
594 absolutamente maior do que qualquer tipo de resolução nossa que determinava a
595 descentralização. O IBAMA fez isso com os estados em diversas situações e em
596 vários outros estados foi acontecendo de uma forma legislativa, infralegal, como
597 foi o nosso caso, ou algumas simplesmente aplicaram a 140 sem nenhum tipo de
598 resolução.

599 Nós, de uma forma muito sabia, nos debruçamos, este Conselho se
600 debruçou sobre uma resolução por praticamente um ano e definimos uma
601 resolução que estabelecia os critérios: “Para o município ‘a’ ter um órgão
602 licenciador ou um consórcio de municípios ele teria que atender os seguintes
603 critérios a, b, c, d” - e que todos devem lembrar e está disponível na resolução.
604 Nós demos a parte técnica para quem tecnicamente pode fornecer isso, que foi o
605 Instituto Ambiental do Paraná que é o órgão licenciador do Estado.

606 Então, qual foi o procedimento que aprovamos pela resolução? Os
607 municípios apresentariam ao Conselho um pedido: “Solicito que o município ‘x’
608 possa fazer a descentralização, assumindo o licenciamento de acordo com a
609 Resolução 088 e Lei Complementar 140”. O nosso Secretário Executivo passava
610 ao Instituto Ambiental do Paraná toda a documentação que foi aportada ao
611 Conselho. O IAP seguia os critérios: “Ah, falta a informação se existe
612 infraestrutura?”. Fazia o pedido de informação ao município. “Tinha todas as

613 informações?” Ia até o local fazer a vistoria: “Está adequado? Está adequado!” E
614 aí, agora, começam a chegar à Secretaria de Estado e Meio Ambiente aqueles
615 municípios que cumpriram os requisitos apresentados pelo Conselho, e acredito
616 que isso deve ser uma regra nossa informar como esses processos estão andando.

617 Então, entraram cerca de vinte processos e até agora três municípios
618 conseguiram atender todos os critérios, seguindo o artigo 4º, Parágrafo 1º da
619 nossa resolução, que diz: “... após comprovado pelo IAP que o município
620 atendeu o disposto no artigo 3º” - que são aqueles critérios – “comunicará o
621 município, via ofício, que o mesmo atendeu os requisitos e poderá iniciar as
622 atividades licenciamento ambiental em acordo com as tipologias definidas pelo
623 SEMA”.

624 Então, percebam que nós definimos os critérios, quem verifica os critérios
625 é o IAP e o IAP informa o município: “Você está de acordo, cumpriu os critérios,
626 pode licenciar!” Mas, de forma muito sábia, este Conselho falou o seguinte:
627 “Vamos também saber quais são os municípios para que possamos oficializar os
628 órgãos de controle econômico”, como é o caso do IBAMA, do IAP, do
629 Ministério Público e outros órgãos. E aí segue: “Caberá a comunicação ao IAP
630 pelo Sema, ao IBAMA, ao Ministério Público e às Câmaras Municipais”.

631 Então, seguindo esse trâmite, quero informar que os municípios de
632 Guaratuba, Guarapuava e Castro foram autorizados a fazer o licenciamento
633 ambiental. Então, seguindo o trâmite solicito que a Secretaria Executiva oficie ao
634 Ministério Público, ao IAP, ao IBAMA e às Câmaras Municipais dos referidos
635 municípios, que estes municípios foram aprovados pelo Instituto Ambiental do
636 Paraná, de acordo com os critérios da Resolução 088, para que se faça o
637 acompanhamento e a fiscalização adequada.

638 E quero neste momento, aí abro a palavra a vocês, destacar como
639 conseguimos criar um sistema de informação, garantindo um órgão técnico, mas
640 que todos possam acompanhar a execução disso. Então, abro a palavra, caso
641 alguém queria fazer uso sobre este tema.

642 A Sra. Conselheira Carmem Terezinha Leal (Sindiseab):- Existe uma
643 dúvida e gostaria de ter esse esclarecimento, porque pela Lei Complementar o

644 que se entende é que o Conselho, no caso nós o CEMA, faria a homologação
645 desses municípios. Ou seja, cumprido todos os trâmites legais viria a esse
646 Conselho para que fosse feita a homologação. Então, queria saber se há resposta
647 para isso. É um entendimento que a gente tem, esqueci o artigo, mas existe um
648 artigo.

649 O Sr. Presidente do CEMA, Antônio Caetano de Paulo Júnior:- O Artigo
650 9º, Inciso 14, da Lei Complementar 140, só estabelece que os padrões serão
651 estabelecidos pelo Estado e não há na Lei 140 como vai fazer. Esse foi o debate
652 que efetuamos durante o ano de 2012 e 2013. Então, na Lei 140, salvo melhor
653 juízo, lei é sempre superior à resolução, independente do momento. Mesmo que
654 tenhamos uma resolução e se não tiver apta, a Dra. Ana Cláudia que puxe minha
655 orelha, se eu estiver equivocado na minha informação. Mas pela informação que
656 a gente tem, depois de um ano e tantos meses que fizemos aqui, não foi em
657 nenhum momento colocado a homologação, mesmo porque não temos
658 capacidade técnica para verificar *in loco*. Nós teríamos que ter todos os critérios
659 e temos que a fazer a vistoria como o IAP fez. Cabe a este Conselho, de acordo
660 com a resolução, com o regimento interno e com a lei que criou o Conselho
661 Estadual de Meio Ambiente que cabe a este Conselho estabelecer normas e
662 padrões para os licenciamentos ambientais.

663 Então, com a palavra o Adriano, por favor.

664 O Sr. Conselheiro Adriano Wild (Mater Natura):- A minha pergunta é
665 praticamente a mesma, isso não constou da pauta de hoje e, portanto, pegou
666 todos os Conselheiros desprevenidos. Eu tenho uma ligeira impressão que na
667 resolução menciona que tem que vir para o Conselho aprovar. Eu posso estar
668 errado, mas como não está na pauta acho que este assunto precisaria ser discutido
669 numa outra ocasião ou numa extraordinária para nos prepararmos. Temos
670 dúvidas a respeito desta questão do licenciamento.

671 O Sr. Presidente do CEMA, Antônio Caetano de Paulo Júnior:- Esta
672 Presidência, seguindo o parecer jurídico da PGE, está informando, por isso que
673 não é ponto de pauta, Adriano, porque a resolução, vocês por favor depois
674 observem o artigo 4º, Parágrafo 1º, que é isso que estamos falando. Mas isso cabe

675 em qualquer momento, qualquer Conselheiro pode pedir inclusão de pauta para a
676 próxima reunião, acho que não há nenhum problema. Entretanto, só vou ler,
677 antes de passar a palavra para a Laura, o Artigo 4º que diz quais os critérios:
678 “Art. 4º - Os Municípios apresentarão ao Conselho Estadual do Meio Ambiente –
679 CEMA, a comprovação do cumprimento do disposto no Artigo 3º desta
680 Resolução, demonstrando estarem capacitados para exercer as competências
681 administrativas de licenciamento, controle e fiscalização ambiental.” Então, o
682 Conselho, não o Conselho pleno, o Conselho enquanto Secretaria Executiva,
683 porque é o órgão absolutamente burocrático, como vou colocar agora. “§ 1º - O
684 CEMA, após comprovado pelo IAP que o Município atendeu ao disposto no Art.
685 3º, comunicará o Município, via ofício, que o mesmo atendeu os requisitos...”.

686 Então, quem faz a comunicação que o município atendeu não é o órgão
687 nem a SEMA, é o próprio Instituto Ambiental do Paraná, de acordo com a
688 resolução aprovada por este Conselho e aí cabe ao gestor, a um caráter vinculado
689 legal. Eu tenho que cumprir exatamente o que está na resolução e na Lei 140.
690 Então, ao fazer isso, o município já está apto a licenciar, mas o Conselho falou:
691 “Como vamos saber quem está fazendo e quem não está?”. Então, para que este
692 Conselho saiba e para que tomemos as medidas de comando, controle e
693 fiscalização, o órgão comunicará ao Ministério Público, IBAMA, ao próprio IAP
694 e às Câmaras Municipais para saberem quem está fazendo, para que aí haja
695 fiscalização. Isso é o que está aprovado na Resolução 088 por este Conselho.

696 O que estou dizendo, Adriano, e peço perdão, não foi objetivo nenhum
697 não constar em pauta, porque não entendemos como pauta algo que a gente teria
698 só que fazer o informe. É por essa justificativa. Eu não acompanhei aquela
699 reunião do Conselho, João Batista, mas é exatamente o que está previsto. Mas
700 volto a colocar que todo Conselheiro pode fazer o pedido de inclusão,
701 acompanhar o processo, o Instituto Ambiental do Paraná é absolutamente
702 transparente, o processo está aberto a qualquer Conselheiro, a qualquer cidadão
703 que queira fazer uso para ver os critérios aplicados. Aí fica a critério de vocês
704 como podemos fazer o acompanhamento, mas a princípio esta Presidência
705 entende que é caráter burocrático e está fazendo um informe.

706 Com a palavra, Conselheira Laura.

707 A Sra. Conselheira Laura de Jesus Moura e Costa (CEDEA):- Na verdade
708 nem é uma discussão, é um registro. Deixar registrado que a grande dificuldade
709 da municipalização é a formação de quadros técnicos nos municípios. Então,
710 talvez aí, enquanto política pública, a Secretaria deveria pensar como colaborar,
711 ajudar os municípios na formação de quadros técnicos que fiquem município,
712 porque quando muda a gestão municipal muda tudo. Então, os municípios têm
713 uma grande carência na formação de técnicos que possam exercer esse serviço.

714 E a outra constatação é que tem que haver um cruzamento de uma
715 coordenação estadual para que não fique incompatível, um licenciamento
716 municipal com o planejamento estadual de gestão. Essa é a grande preocupação
717 que nós temos. Na hora que chega ao licenciamento municipal libera geral, libera
718 sem os critérios de uma política estadual que leve a uma preservação maior.

719 O Sr. Presidente do CEMA, Antônio Caetano de Paulo Júnior:- Laura,
720 concordo em gênero, número e grau com o que você colocou e justamente esse
721 foi o espírito dessa resolução quando editada, tanto é que os municípios, para
722 atenderem o licenciamento, eles têm que usarem o mesmo sistema de informação
723 do IAP. Portanto, o IAP tem controle sobre todas as ações que estão fazendo.
724 Então, ele não pode criar um sistema informatizado próprio e regras próprias ao
725 licenciamento. Ele vai aplicar o licenciamento com as regras estabelecidas pelo
726 Estado e, mais do que isso, nem que ele queira fraudar o sistema: “Não, não
727 pode, não pode!”. E todos os empreendimentos, como deveram lembrar as
728 tipologias, têm caráter absolutamente local. Tudo que for caráter regional ou
729 estadual não é competência do município, porque apesar de entendermos que
730 legalmente poderia este Conselho dar algumas de caráter regional ao município,
731 este Conselho entendeu que não, que só as atribuições locais até a título de
732 experiência. Lembram que conversamos sobre isso, com a Comissão, com a
733 Câmara Técnica e essa eu participei, em que a gente falou: “Daqui a dois anos
734 vai ser revista!”. Não sei se todos os Conselheiros lembram isso. Está previsto no
735 próprio corpo da resolução, não sei se vou me lembrar de cor o artigo, mas que
736 depois de dois anos ela será revista, com que objetivo? Como foi o andamento

737 dos municípios? Eles atenderam, não atenderam? Teve uma uniformidade,
738 Londrina, Maringá, Cascavel e Curitiba fizeram licenciamento igual? Qual foi a
739 dificuldade? Até para sabermos, porque é algo extremamente novo no
740 ordenamento jurídico e na política ambiental do Brasil.

741 Então, Laura, acho que você está absolutamente correta em relação à sua
742 primeira parte. Todos os técnicos do município têm por uma obrigação passar
743 como se fosse um estágio no IAP, um treinamento em que eles vão ficando ali
744 para que possam entender qual o dia a dia do licenciamento. É óbvio que pode ter
745 erros, e os erros a gente tem que ficar atento, o próprio Ministério Público e
746 outras organizações não governamentais que fazem um excelente trabalho no
747 Paraná e que se não fossem elas teríamos vários problemas no Estado e outros
748 órgãos de fiscalização, vão fazer assim como o próprio Instituto Ambiental está
749 fazendo um controle, porque ele sabe que uma situação negativa no município
750 vai repercutir exatamente nele como órgão suplementar.

751 O Sr. Conselheiro Giácomo Clausi (Oscip/GARI):- Saúdo o Presidente e
752 os demais Conselheiros e Conselheiras. Minha pergunta é se esse material já está
753 ou enquanto tempo estará disponível para consulta na internet ou se a consulta é
754 só interinstitucional lá na Sema?

755 O Sr. Presidente do CEMA, Antônio Caetano de Paulo Júnior:- Os
756 processos vão chegar, por isso que foi um informe. O IAP agora vai fazer a parte
757 da comunicação aos municípios e vai encaminhar ao Conselho, qualquer
758 Conselheiro, não vamos disponibilizar isso na internet, acho que fica uma coisa
759 um pouco complicada, mas fica disponível a qualquer pessoa que faça na
760 Secretaria Executiva, na Desembargador Motta, 3384, segundo andar, na
761 Secretaria Executiva vão estar os processos, de acordo com o Parágrafo 2º, do
762 artigo 4º, senão me engano: “§ 2º. O CEMA manterá Cadastro atualizado dos
763 Municípios habilitados...”. Então, vamos ter um espaço na internet que vai
764 colocar, mas o processo em si, com todas as questões, estará disponível a todo o
765 Conselho na Secretaria Executiva, não em informação *on line*.

766 O Sr. Conselheiro Giácomo Clausi (Oscip/GARI):- Obrigado.

767 O Sr. Presidente do CEMA, Antônio Caetano de Paulo Júnior:- Com a
768 palavra o Conselheiro Carlos e depois o Conselheiro Adriano.

769 O Sr. Conselheiro Carlos Mello Garcias (PUC/PR):- Vocês viram que eu
770 cochichei com alguém que não ia levantar a questão, mas dada a discussão estar
771 se aproximando do que eu teria para observar, lembro-me que já discutimos tanto
772 essa questão, foi um trabalho tão árduo, mas alguém de uma prefeitura, sabendo
773 que eu participo deste Conselho, trouxe para mim uma dúvida. Ao tentar
774 responder eu fiquei em dúvida, porque lembro que discutimos que os municípios
775 que tivessem interesse em se cadastrar, em demonstrar a competência para fazer
776 o licenciamento ambiental local, estes procurariam a inserção sob cadastro.
777 Porém, em algum lugar que está escrito, que em quatro anos será obrigatório
778 todos os municípios fazerem isso.

779 Então, fica essa dúvida, ela é muito perigosa, acho que este é um assunto
780 que valeria a pena, não sei se neste momento, mas preciso dar retorno a essa
781 pessoa que me fez a pergunta e realmente parece que procede. Obrigado.

782 O Sr. Presidente do CEMA, Antônio Caetano de Paulo Júnior:- Carlos, eu
783 já respondo, porque tem um artigo que fala justamente o que o senhor colocou.
784 Adriano.

785 O Sr. Conselheiro Adriano Wild (Mater Natura):- Consultando a
786 resolução, no artigo 4ª, Parágrafo 1º diz: “O CEMA, após comprovado pelo IAP
787 que o Município atendeu ao disposto no Art. 3º, comunicará...” Então, o papel do
788 Conselho é tomar conhecimento de que o IAP recomenda o licenciamento para
789 esses casos específicos agora. Então, deveria aparecer na pauta da reunião que, se
790 todos os Conselheiros concordarem, vai aprovar a emissão desse ofício.

791 Não é o contrário, não é o IAP que tem que mandar para o município, mas
792 na resolução diz: “O CEMA, após comprovado pelo IAP que o Município
793 atendeu ao disposto no Art. 3º, comunicará o Município, via ofício...”. Então, de
794 fato o Conselho está sabendo que municípios requereram e que foram aprovados
795 pelo IAP e na reunião do Conselho fica autorizada a Secretaria emitir o ofício.
796 Esse é o meu entendimento.

797 O Sr. Presidente do CEMA, Antônio Caetano de Paulo Júnior:- Com a
798 palavra, Conselheira Ana Cláudia.

799 A Sra. Conselheira Ana Cláudia Bento Graff (PGE):- Boa tarde a todos.
800 Minha observação sobre este tema tem a ver com a manifestação do Adriano.
801 Parece-me que ainda que haja um entendimento da assessoria jurídica da SEMA
802 no sentido de que a própria Secretaria Executiva do Conselho pode fazer essa
803 comunicação, acho que não há prejuízo e seria bastante esclarecedor que a
804 Secretaria Executiva informasse os Conselheiros, fizesse uma apresentação sobre
805 cada município que obteve essa qualificação e demonstrou terem em suas
806 estruturas os órgãos previstos na resolução que a gente aprovou, porque é um
807 assunto de interesse geral. A própria manifestação técnica que o IAP deve apor
808 em cada um dos processos administrativos, isso só contribuiu para a
809 compreensão do tema, ainda que não se entenda que isso signifique submeter a
810 uma aprovação. Não me parece que seja o caso, mas para que todo o plenário
811 tome conhecimento de cada um desses processos, são poucos municípios e é uma
812 forma de acompanhar também a evolução dos municípios nesta estruturação. É
813 uma sugestão.

814 O Sr. Conselheiro Maurício de Jesus Tozetto (CRMV):- São bem
815 interessantes essas proposições que foram feitas, mas não estamos ouvindo a
816 outra parte do balcão, que são as prefeituras. Já tem quase um ano esta resolução,
817 foi de agosto do ano passado, e só temos três municípios que efetivamente têm o
818 Artigo 3º todo pleno. Então, pergunto: Será que essa resolução está causando o
819 efeito desejado ou indesejado? Porque se em quatro anos, e já passou quase um
820 ano, os municípios terão que obedecer esta resolução, como fica esta situação? E
821 como também, acho que no Artigo 8º, que em dois anos deveremos fazer uma
822 nova discussão da resolução ou a qualquer tempo, aí minha pergunta é: Será
823 que esse tempo já chegou? Uma vez que só temos três prefeituras e elas não estão
824 aqui representadas para falar: “Olha, não estou conseguindo fazer o que esta
825 resolução manda! Ou isso não é para mim.” Então, seria esse o questionamento
826 para que o Presidente possa esclarecer.

827 O Sr. Presidente do CEMA, Antônio Caetano de Paulo Júnior:- Vou tentar
828 responder a todos. Primeiro o que o Professor Carlos coloca, realmente existe, o
829 Artigo 10 diz que em quatro anos todos os municípios serão obrigados, mas isso
830 é apenas uma reprodução. A Lei Complementar 140 cria a descentralização,
831 ponto! Não é algo que o município pode querer, a gente pode fazer aqui a
832 lamentação, mas a Lei Complementar, ao instituir a descentralização em que as
833 questões locais são regidas pelo município, as estaduais pelo Estado e as de
834 caráter nacional pelo IBAMA, não tem outra forma de se fazer. O Conselho até
835 deu um tempo que não existia, sabendo das dificuldades. Aí, doutor, o grande
836 motivo que discutimos no Conselho ano passado e desde 1998, não sei se todos
837 os Conselheiros estão lembrados, mas em 98 o Ministério de Meio Ambiente
838 tentou por meio do PNMA a descentralização.

839 Então, o PNMA2 foi tentado em onze municípios do Alto Iguaçu. Dos
840 onze municípios nenhum atendeu. Nenhum, zero, atendeu os critérios mínimos
841 do Ministério na época. Então, não é uma realidade de hoje, infelizmente, dos
842 nossos municípios, e todos nós aqui conhecemos o Paraná é majoritariamente
843 municípios pequenos. Por isso que prevíamos o consorciamento, então a mesma
844 situação de gestão de resíduos. Ele pode fazer pela associação dos municípios,
845 criar seis, dez, vinte municípios e criar estrutura para fazer o licenciamento,
846 mesmo porque a carga de licenciamento dele vai ser pequena em relação aos
847 municípios acima de cem mil habitantes, como é o caso de Guarapuava que já
848 atendeu os critérios da resolução.

849 Então, não são três, foram dezessete municípios que fizeram a inscrição
850 nesses doze meses. Mesmo sendo dezessete não chegou a 10% do Estado do
851 Paraná, mas já era a previsão porque sabíamos que os municípios teriam
852 dificuldades em ter a quantidade de itens que nós colocamos na resolução que
853 estão muito superiores em relação à Lei Complementar 140. Então, esse é um
854 debate e esse é o objetivo. Então, o que o IAP está fazendo? Está estimulando os
855 municípios. “Oh, para você falta um técnico. Olha, você tem que ter mais
856 infraestrutura. Você tem que ter mais logística”, para ele atender e fazer o
857 treinamento e a descentralização.

858 A par do que a Dra. Ana Cláudia colocou, em virtude dessa dubiedade da
859 qual a redação traz para os entendimentos duplos, pelo menos por dois
860 advogados do Estado, um de forma oral, que foi a Dra. Ana Cláudia agora, e
861 outro que está no processo, acredito que façamos uma reunião e façamos a
862 apresentação, e aí não sei qual será o critério, Dra. Ana Cláudia, até peço se a
863 senhora puder colaborar, talvez não sendo agora, mas como não há o critério de
864 vedação ou de reprovação pelo Conselho, seria iminente informativo, quais
865 seriam os trâmites, porque não há previsão na resolução.

866 Então, meu medo é que a gente crie uma etapa burocrática, como o doutor
867 tinha colocado, aconteça. Ou seja, que a gente efetivamente não cumpra a lei
868 federal que determina a descentralização. Então, peço vênias a todos os
869 Conselheiros, por decisão desta Presidência, retiro o informe que não estava em
870 pauta e faço um pedido ao Secretário Executivo para que, tão logo seja possível,
871 agende uma data, antes daquela que tínhamos combinado, para fazermos uma
872 reunião extraordinária para trazermos isso. Faço um pedido formal à Dra. Ana
873 Cláudia se puder nos ajudar para entender qual o trâmite disso.

874 O Sr. Conselheiro Marcos Reinaldim (Secretário de Meio Ambiente de
875 Campo Largo):- Causa-me um pouco de estranheza porque me lembro que
876 quando Guarapuava protocolou o pedido junto ao IAP, na mesma semana ou nos
877 mesmos dias, protocolamos o nosso também de Campo Largo. O Presidente
878 acabou de colocar que o IAP, quando sente alguma dificuldade, nota algum
879 descumprimento de algumas especificações para que seja liberado o
880 licenciamento já informa e até agora não nos foi informado nada nesse sentido.
881 Pelo contrário, em contatos verbais com funcionários do IAP nos informaram
882 que o nosso processo está “redondinho”. Era sempre a resposta que nós
883 tínhamos.

884 E agora, até pela questão temporal, lembro-me que conversamos com o
885 pessoal de Guarapuava nesta sala e acabamos por temporariedade sendo
886 contemporâneos na protocolização do pedido, e nos falta informação devolutiva
887 do IAP, onde está a nossa lacuna a ser preenchida para que possamos licenciar na

888 nossa Secretaria, porque pelo nosso entendimento cumprimos os requisitos que
889 nos foram colocados.

890 O Sr. Presidente do CEMA, Antônio Caetano de Paulo Júnior:- Com a
891 palavra, Dra. Ana Cláudia.

892 A Sra. Conselheira Ana Cláudia Bento Graff (PGE):- Só voltando à
893 manifestação anterior, eu não enxergo uma divergência na manifestação da
894 assessoria jurídica da Sema, até porque esta matéria foi discutida amplamente
895 naquele grupo de trabalho e ela tem uma raiz que é de conteúdo federativo. Ou
896 seja, um ente federado, que é o município, não precisa dada a vigência da Lei
897 Complementar 140, pedir anuência para o Estado para exercer a sua atividade
898 típica, que é a de fiscalização e a de controle ambiental. Então, se fôssemos levar
899 isso ao pé da letra, o Estado não pode condicionar o exercício de uma atividade
900 de competência originária do município a aprovação de um colegiado ou não.

901 Feita essa consideração, não estamos numa esfera de estrita legalidade,
902 por isso falei em sugestão, não me parece que haja prejuízo que o plenário do
903 CEMA seja informado sobre o cumprimento pelos municípios desses itens do
904 artigo 3º da nossa resolução.

905 Então, a idéia não é criar mais um trâmite burocrático, eu não incluiria no
906 trâmite, mas acho que seria importante tornar acessível de alguma forma, seja
907 mediante uma apresentação, um informe aos Conselheiros sobre de fato que tal
908 município atestou. Até porque é importante nos lembrarmos que um prefeito
909 municipal ou qualquer autoridade que o represente ao afirmar que possui
910 Conselho Municipal, Fundo Municipal, órgão ambiental capacitado, servidores
911 municipais, Plano Diretor e Sistema Municipal de Informações Ambientais ele
912 responde pelo o que fala. Ele pode ser submetido a uma ação de improbidade
913 administrativa se trouxer alguma informação inverídica. São atos que têm fé
914 pública. Então, era no sentido de promover a informação, o esclarecimento sem a
915 idéia de criar nenhum trâmite adicional, apenas para esclarecimento mesmo.

916 O Sr. Presidente do CEMA, Antônio Caetano de Paulo Júnior:- Com a
917 palavra o Dr. Alessandro e depois o Conselheiro Jorge Augusto.

918 O Sr. Conselheiro Alessandro Panasolo (OAB/PR):- Concordo
919 plenamente com a doutora e podemos organizar uma apresentação de cinco
920 minutos, apresentando só como funciona: “A prefeitura estabeleceu, vão ter dois
921 engenheiros, três agrônomos”. Só para termos conhecimento até para levarmos
922 ao conhecimento das pessoas que querem utilizar esse serviço agora municipal.
923 Então, não há que ser aprovado pelo Conselho, não há que se criar instância
924 administrativa de controle, mas simplesmente no sentido de informar a todos até
925 para que possamos contribuir, possamos passar essas informações para frente.
926 Era essa a minha contribuição, mais do que isso o Conselho estaria extrapolando
927 a sua função.

928 O Sr. Presidente do CEMA, Antônio Caetano de Paulo Júnior:- Jorge
929 Augusto.

930 O Sr. Conselheiro Jorge Augusto Afonso Callado (CRBio):- Boa tarde.
931 Em relação ao licenciamento muitas vezes ouvimos de uma forma equivocada,
932 até pela mídia, que o licenciamento é algo que veio para atrapalhar o
933 crescimento. Eu digo que na realidade o licenciamento é necessário para
934 qualificar o desenvolvimento. Tem uma diferença muito grande de crescimento.
935 O Estado do Paraná nesta ação do Conselho Estadual de Meio Ambiente eu diria
936 que teve um zelo a mais em editar a Resolução 88, quando colocou critérios
937 mínimos para que os municípios atinjam, para que possam exercer atividade de
938 licenciamento dentro de sua respectiva áreas que, por sinal, é bem reduzida.

939 Importante consideração da Dra. Ana Graff, colocando que naturalmente
940 os municípios já teriam essa atribuição, mas foi colocado esse filtro a mais. Eu
941 penso que o município que não conseguir cumprir os itens mínimos realmente
942 não tem condições. E, reiterando, o nosso Conselho, o nosso CEMA tem a
943 função de, neste caso já durante a Resolução 88, referendou o IAP como órgão
944 responsável por essa autorização de licenciamento nos demais municípios. O
945 Conselho já deu esse aval ao IAP.

946 Claro, seria muito importante, em momento oportuno, que tivéssemos a
947 informação de quem está licenciando e quem obviamente atingiu todos os
948 quesitos que a resolução colocou como um filtro inicial.

949 O Sr. Presidente do CEMA, Antônio Caetano de Paulo Júnior:- Obrigado.
950 Diante das manifestações especialmente da Ana Cláudia, vou tomar a seguinte
951 medida: que possamos dar o andamento e façamos a apresentação sem prejuízo
952 do trâmite para que não criemos mais um óbice, seguindo, se me permitem, *ipsis*
953 *litteris* o que a Dra. Ana Cláudia colocou e todos os outros Conselheiros para que
954 possamos fazer o licenciamento descentralizado andar no Estado. Os trâmites
955 continuam normalmente.

956 Em relação ao posicionamento de Campo Largo, vou ver com o órgão,
957 mas acredito que seja um problema natural de todo órgão ambiental no Paraná no
958 momento atual: ausência de quadros para fazer a avaliação de todos os processos.
959 Cada vez que nós do Conselho, isso é uma coisa que peço que a gente leve isso
960 de forma bastante relevante nas nossas decisões, que todas as vezes que criamos
961 uma série de situação, alguém tem que aplicar essa série de situações. Então:
962 justifica? Acho que não! Então, nós temos a todo o momento buscar forças na
963 sociedade para que consigamos recapacitar e recompor o quadro ambiental do
964 Estado do Paraná.

965 Então, peço aqui publicamente as minhas desculpas ao prefeito, por favor,
966 leve isso, e eu pessoalmente vou verificar a situação e pretendo retornar o mais
967 breve possível para o município e informar este Conselho o que aconteceu. Mas
968 pela informação é que realmente estamos com dificuldade em acompanhar todos
969 os processos. Lamento e que fiquem registradas as minhas escusas ao município
970 de Campo Largo, vamos tentar resolver o mais rápido possível. E colocaremos
971 isso futuramente para que todos possam acompanhar. Alguém tem alguma
972 objeção em relação a isso?

973 Então, passando para o próximo assunto é a composição da Câmara
974 Temática e passo ao Secretário Executivo para que faça uso da palavra.

975 O Sr. Secretário Executivo, João Batista Campos (SEMA):- Na última
976 reunião do Conselho, por sugestão do Conselheiro Adriano Wild, fizemos uma
977 proposição de alteração de regimento para que fosse possível montar a Câmara
978 Técnica de Assuntos Jurídicos devido a alguns fatores. Então, com a mudança do
979 regimento interno foi possível ampliar a participação de entidades na Câmara

980 Técnica de Assuntos Jurídicos. Enviamos ofício a todas as entidades que têm
981 representação no Conselho Estadual de Meio Ambiente sobre o interesse em
982 participar da Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos.

983 Tivemos a Dra. Ana Cláudia Bento Graff que sempre foi a primeira, a
984 pioneira e sempre fez questão de se disponibilizar, a gente agradece a sua
985 intenção em contribuir no processo de construção dessa Câmara Temática, que é
986 muito importante. Quase todas as questões relativas às resoluções, atos passam
987 por uma avaliação jurídica de primeira categoria que tem que ter. Aí
988 responderam positivamente o Instituto das Águas Paraná, indicando o titular e
989 suplente; no IAP foi indicado o Dr. José Robson da Silva; na Casa Civil a Sra.
990 Loriane Leisli Azeredo; nas entidades não governamentais o COPATI se
991 disponibilizou participar também, indicado titular e suplente; nas entidades de
992 representação da sociedade civil, dos Produtores, Patronais apresentaram-se para
993 uma vaga três representações a FIEP, FAEP e APRE - Associação Paranaense de
994 Empresas de Base Florestal. Dessas três a gente sugere que, entre vocês,
995 indiquem quem fará a representação junto a essa Câmara Temática. A OAB
996 também se disponibilizou, o Alessandro já tinha se disponibilizado, mas não
997 tinha ainda a indicação. Então, remeterá essa indicação de qual daqueles que
998 farão parte e formalizaremos a instituição da Câmara Temática de Assuntos
999 Jurídicos. OK? Alguma questão? Então, ficamos no aguardo que a FIEP, FAEP e
1000 APRE se reúnam e definam uma representação para esta Câmara Temática.

1001 O Sr. Presidente do CEMA, Antônio Caetano de Paulo Júnior:- Então, tão
1002 logo sejam feitas as indicações a gente faz a resolução, constituindo a Câmara
1003 Temática de Assuntos Jurídicos.

1004 Nós temos alguns inscritos, de acordo com o nosso regimento interno. A
1005 Tribuna Livre tem quinze minutos divididos de forma igual aos inscritos. Foram
1006 inscritos para o uso os seguintes Conselheiros: Laura de Jesus, pelo CEDEA;
1007 André Forte pela Associação de Moradores da Colônia Faria; Sérgio Moura da
1008 Associação de Moradores da Colônia Faria também; Adriano Wild, da Mater
1009 Natura; Carmem Leal, pelo Sindiseab. Então, temos cinco inscritos e três
1010 minutos para cada um.

1011 Passo a palavra primeiro à Conselheira Laura e vou pedir que, faltando um
1012 minuto, o João faça o primeiro aviso, faltando trinta segundos faça o segundo
1013 aviso.

1014 A Sra. Conselheira Laura Jesus de Moura e Costa (CEDEA):- Vocês
1015 receberam este folheto que é a discussão do contorno norte. Nós estamos aqui
1016 com o André que é Presidente da Associação de Moradores da Colônia Farias -
1017 AMIT, o Sérgio também é da AMIT e participa também da outra entidade e nós
1018 pelo CEDEA. Por que pedimos essa discussão aqui? Primeiro porque é uma obra
1019 extremamente importante no Estado do Paraná e na região metropolitana de
1020 Curitiba e que tem várias implicações ambientais, socioambientais que precisam
1021 ser discutidas e os Conselheiros devem não só se inteirar do assunto como se
1022 posicionar também sobre esta questão.

1023 Então, aqui vemos este mapa que está aí e tem a proposta, aqui a Linha
1024 Verde, aqui tem esse congestionamento todo que é a BR-116, aqui o contorno
1025 leste, o contorno sul e o que faltaria seria unir o contorno norte. Então, a Regis
1026 Bittencourt está em vermelho, aqui tem a APA do Irai, qual o critério adotado?
1027 Exclusivamente econômico, que é o trecho mais curto, então custaria menos. Só
1028 que no princípio de sustentabilidade o critério econômico não é o único, o
1029 socioambiental tem que pesar bastante. Então, este traçado joga a rodovia, o
1030 contorno norte para dentro de uma comunidade, que é a comunidade Colônia
1031 Faria, atingindo São Dimas, São Gabriel nesta região urbana de Colombo. Eles
1032 dizem que é para tirar o fluxo de carga pesada do meio urbano. Na verdade eles
1033 fazem justamente o contrário, eles levam para dentro do meio urbano o fluxo de
1034 carga pesada.

1035 Outra questão, eles afetam bastante toda a APA do Irai e atingem as bacias
1036 do Rio Canguiri e do Rio Palmital, desmatando uma área de mata nativa. Eu
1037 queria que vocês passassem as fotos rapidinho para eu ir falando, porque é difícil
1038 de expor toda a idéia em três minutos. Aqui ainda é uma região de mata nativa do
1039 lado da BR, essa é uma área no São Gabriel, no São Dimas que vai afetar essa
1040 região, tem até loteamento à vista e tem as nascentes da microbacia do Rio
1041 Palmital.

1042 Aí a luta da comunidade, a Igreja da Nossa Senhora da Saúde na Colônia
1043 Faria vai ser afetada, esta aqui é outra região e a estrada passaria por aqui na
1044 região da Colônia Faria, ai na frente é a Embrapa, a luta dos moradores da
1045 Colônia Faria. Este é o Morro do Anhangava, então pega toda uma região ali.
1046 Nós já tivemos no IBAMA, o superintendente do IBAMA está aí, pode contar, aí
1047 são os moradores. A vida numa colônia é diferente de quem mora em
1048 apartamento, isso também tem que ser considerado.

1049 O Sr. Presidente do CEMA, Antônio Caetano de Paulo Júnior:- Laura, já
1050 deu o tempo, já dei trinta segundos de acréscimo, deu três minutos e meio, como
1051 terão mais duas manifestações da Colônia Faria, é uma continuidade.

1052 O Sr. André Forte:- Sou Presidente da Associação de Moradores da
1053 Colônia Faria e quero complementar a fala da Laura, mas também pegar um
1054 gancho nesses dois projetos que foram apresentados, um das cargas tóxicas e o
1055 outro do inventário florestal. Manifestar que a vida na cidade, a floresta urbana é
1056 tão ou mais importante do que floresta, floresta, floresta no meio rural. Sou
1057 arquiteto, tenho vinte anos de urbanismo completados esse ano e, no meu
1058 entendimento, o meio ambiente é cidade e cidade é muito mais do que floresta
1059 apenas.

1060 Quer dizer, a qualidade de vida na cidade é muito importante, esses
1061 fragmentos de floresta que nós temos na Colônia Faria especialmente são dos
1062 últimos remanescentes florestais que nós temos nativos e que se vocês pegarem o
1063 transecto apresentado no projeto aqui, em dez metros quadrados posso lhes
1064 garantir que nós vamos encontrar, no mínimo, umas quinze imbuas com um
1065 metro de diâmetro cada uma. Quer dizer, é bastante denso, bastante nativo
1066 mesmo de verdade.

1067 Estamos comemorando cinquenta anos do golpe militar de 64 e quarenta
1068 anos desse traçado absurdo que é o proposto atual. Quarenta anos! Há quarenta
1069 anos só existia a sede de Quatro Barras, a Sede de Campina Grande do Sul, a
1070 Colônia Faria obviamente, temos cento e trinta anos de história, e a sede de
1071 Colombo. O histórico daquele momento social era diferente do que temos hoje.
1072 Hoje a cidade está totalmente urbanizada, consolidada, invadida e conurbada

1073 com todos os problemas sócios e ambientais que qualquer cidade brasileira
1074 apresenta e ainda nós queremos desembocar uma estrada, uma rodovia
1075 importante sim, mas num ambiente totalmente defasado. A idéia do desvio não é
1076 absurda, ela é sustentável. Que modelo de desenvolvimento urbano, social e
1077 econômico que nós queremos para uma cidade, jogando uma rodovia dentro de
1078 uma APA! Nós vamos ter que realmente aplicar este projeto apresentado pelo
1079 Reginaldo ali na rodovia, ali na BR-116? Aí esses números estariam sendo
1080 defasados, porque a rodovia, a BR-116 já é uma avenida urbana consolidada e
1081 com trânsito. Daqui a pouco vamos ter semáforos ali, é uma extensão natural da
1082 Linha Verde e com todos os problemas que a Linha Verde tem. Então, não
1083 podemos permitir que aquela linha vermelha ali seja implantada. Nós temos que
1084 encontrar uma alternativa para que se desvie isso e que se leve esse modelo
1085 sustentável, que acredito ser o mais coerente. Muito obrigado.

1086 O Sr. Presidente do CEMA, Antônio Caetano de Paulo Júnior:- Obrigado,
1087 André, obrigado Laura. Sérgio Moura, por favor.

1088 O Sr. Sérgio Moura:- Boa tarde. Sou morador da Colônia Faria, sou artista
1089 e observo que várias colocações aqui presentes da reunião anterior se encaixam
1090 com exatidão naquele recado que queremos oportunamente passar para vocês.
1091 Palavras-chave como sustentabilidade, equilíbrio, meio ambiente, revelam a
1092 necessidade de todos os cuidados que nós temos que ter quando pensamos em
1093 políticas públicas. Mas esse cuidado nós não vemos especialmente a quem nos
1094 representa, por exemplo, a prefeitura de Colombo. Quando no ano passado essa
1095 figura nos surpreende na Colônia Faria com uma espécie de audiência. Na
1096 verdade sabemos hoje que essa audiência não era uma audiência oficial. No
1097 Salão Chaga, toda a equipe de empreiteiros da Consilio, da Autopista Régis
1098 Bittencourt, são empreiteiras autorizadas pela Agência Nacional de Transporte
1099 Terrestre autorizando a obra.

1100 Ora, quando elegemos um prefeito, uma prefeitura para representar os
1101 nossos direitos ela nega e se faz ausente, quando na palavra do próprio prefeito
1102 da gestão anterior, Sr. J.Camargo, ele disse que não sabia da obra. Então, a
1103 Colônia Faria se levanta em peso e, através da Associação de Moradores,

1104 organizam um movimento que é o “não”. O “não” ao tráfego do contorno norte e
1105 nós como moradores encampamos a idéia de negarmos essa obra em favor de
1106 uma cultura que esses imigrantes italianos, a partir do século passado, ali
1107 constroem as suas famílias e o seu trabalho e vivem da terra praticando a
1108 agricultura familiar e renovando suas matas, as suas nascentes, as suas casas.

1109 Então, a rodovia do contorno norte nós consideramos um desastre
1110 ambiental, um desastre cultural e social. E é com muito pesar que faço esse apelo
1111 a vocês para que possam, com seus apoios, somar-se a nossa esperança, porque
1112 esperamos que o IBAMA não autorize o licenciamento da construção dessa obra
1113 que consideramos um projeto devastador em todos os sentidos. E neste sentido
1114 quero fortalecer a responsabilidade desse órgão como a única esperança que nós
1115 temos em favor na nossa comunidade que preserva a cultura, a sua alimentação, a
1116 sua gastronomia, a sua vizinhança quando este projeto, nós sabemos, destruirá,
1117 caso aconteça, duzentas e dez famílias com suas casas, com seus quintais, suas
1118 nascentes, suas matas e seus animais e, especialmente, ainda praticando o seu
1119 encontro social, o encontro humano, aquele ambiente de se encontrarem nos
1120 finais de semana e é, no mundo atual, uma coisa perdida.

1121 Então, o meu depoimento fica em favor disso, na esperança que o IBAMA
1122 não proceda com o licenciamento dessa obra devastadora, não só para a região
1123 metropolitana e não só para a Colônia Faria, mas como hoje pensamos o global e
1124 o local essa é uma obra devastadora para o Estado do Paraná. Muito obrigado.

1125 O Sr. Presidente do CEMA, Antônio Caetano de Paulo Júnior:- Obrigado,
1126 Sérgio e ao pessoal da Colônia Faria. Passo a palavra o Adriano Wild.

1127 O Sr. Conselheiro Adriano Wild (Mater Natura):- O primeiro assunto é
1128 sobre a questão de darmos um pouco de credibilidade às Câmaras Temáticas. O
1129 assunto é a questão do pinhão, a comercialização da cadeia produtiva do pinhão.
1130 Eu sou voluntário, não recebo salário e participei em duas Câmaras Temáticas
1131 que estavam tratando desse assunto. Depois da participação houve um silêncio
1132 completo por parte da SEMA, e, de repente, a gente se vê com uma resolução
1133 feita pelo IAP. Achei isso muito estranho. Nós vamos lá, disponibilizamos o

1134 nosso tempo na Câmara Temática e depois a resolução sai para outro órgão e os
1135 Conselheiros que fazem parte da Câmara Temática não recebem nenhum retorno.

1136 Então, essa é a primeira consideração. Acho importante trazer para o
1137 Conselho essa questão. Aliás, até mandei ao João Batista, Secretário Executivo,
1138 um e-mail sobre esta resolução que saiu na AN Notícias. Primeiro assunto.

1139 Segundo assunto é a respeito ao REDA. Hoje, daqui a pouco, ou já foi, diz
1140 a programação que eu recebi, que será uma solenidade de assinatura da Rede
1141 Estadual dos Direitos Animais - REDA. O que é isso? Eu como Conselheiros do
1142 CEMA não sei do que se trata isso aqui. Então, esperaria que o Presidente do
1143 Conselho pudesse nos dar uma pincelada.

1144 O terceiro assunto é a questão da escolha do Prêmio Mãe Natureza. Achei
1145 extremamente louvável esta iniciativa da SEMA em instituir esse prêmio e
1146 realmente temos que tirar o chapéu para as mulheres, porque elas têm um papel
1147 fundamental na questão da política ambiental do Paraná.

1148 Queria apenas fazer uma observação, esta é uma resolução que saiu da
1149 SEMA, a premiação eram para mulheres que se destacaram no meio ambiente e
1150 representantes de duas ONG's fariam parte do Conselho do prêmio. Acho que
1151 dentro da própria Secretaria eles não sabem que existe um cadastro de entidades
1152 ambientalistas. Essas entidades não foram consultadas para compor esse
1153 Conselho do prêmio. Fica esse registro.

1154 A segunda questão é que talvez a forma de escolha das pessoas para serem
1155 votadas tem que ser ampliada. Queria só destacar que foram três mulheres que
1156 foram indicadas para o prêmio, uma delas nós temos o currículo. Agora, a
1157 professora de São Mateus e de uma terceira mulher, a gente não sabe nada. Qual
1158 a contribuição dela para o meio ambiente? No site não tem nada escrito qual a
1159 contribuição dessas mulheres para receberem esse prêmio.

1160 O Sr. Presidente do CEMA, Antônio Caetano de Paulo Júnior:- Obrigado,
1161 Adriano. Próximo inscrito, Conselheira Carmem Leal.

1162 A Sra. Conselheira Carmem Terezinha Leal (Sindiseab):- Só queria deixar
1163 um registro aqui como representante do Sindiseab. Primeiro dizer que o membro
1164 suplente, Sr. Heitor, velho conhecido de todos, teve uma agenda hoje no seu

1165 trabalho e não pode estar presente. Gostaríamos de deixar registrado o nosso
1166 agradecimento ao Deputado Cheida, que hoje faria a última reunião conosco, por
1167 estar em vários momentos nas lutas que a gente travou do ponto de vista dos
1168 funcionários públicos, do meio ambiente e da agricultura. Então, esse registro é
1169 para agradecer a posição dele. Esperamos que, ele como deputado continue nesta
1170 luta, a nossa principal luta que é a luta para um novo concurso público, porque
1171 todos sabem que estamos cada vez mais sem trabalhadores no sistema e esta luta
1172 é uma das primeiras que o Sindiseab tem travado ao longo de vinte e três anos.

1173 Então, deixar esse registro de agradecimento ao deputado. Infelizmente ele
1174 não pode estar presente, mas hoje em um mundo tão cruel em que a gente só sabe
1175 criticar e criticar, a gente queria deixar registrado esse agradecimento. É um
1176 agradecimento que vem da Diretoria do Sindiseab que estou sendo porta-voz
1177 nesse momento. Obrigada.

1178 O Sr. Presidente do CEMA, Antônio Caetano de Paulo Júnior:-
1179 Independente das notas que serão encaminhadas, posso garantir que transmitirei
1180 esse registro. E aproveitando esse ensejo, vou responder algumas questões, no
1181 dia 03 deste mês o Secretário Cheida volta para a Assembleia Legislativa como
1182 deputado, e em virtude do decreto da decisão do governador estou assumindo a
1183 Secretaria de Estado de Meio Ambiente da qual gostaria de fazer um convite a
1184 todos os Conselheiros, e peço, João, que você encaminhasse na lista completa, às
1185 11h, sexta-feira, no auditório da Secretaria de Estado de Meio Ambiente vamos
1186 fazer a cerimônia de transmissão de posse onde estarei recebendo a Secretaria, de
1187 forma simbólica, logicamente, das mãos do deputado Cheida. Gostaria muito se
1188 todos pudessem estar presentes, seria uma satisfação pessoal.

1189 E dizer que este compromisso que o Sindiseab coloca a todos do
1190 Conselho, só queria lembrar que logo que o Secretário Cheida assumiu e eu
1191 assumi junto nos estávamos diante da gratificação, que fazia meses que tinha sido
1192 aprovada por lei e não tinha sido implementada. E foi a primeira luta, talvez a
1193 primeira resolução, acabando com uma situação que dava critério para o chefe
1194 decidir quem ganharia a gratificação ou não. Nós eliminamos de primeiro
1195 momento e depois foi uma briga árdua, quarenta dias se não me falha a memória,

1196 para conseguir a implementação da gratificação especial para os trabalhadores do
1197 sistema ambiental do Paraná.

1198 E assumir o compromisso com todos aqui que esta tem que ser a nossa
1199 principal bandeira, e isso eu tinha acabado de colocar quando falava da
1200 descentralização. É crucial que tenhamos concurso público para o sistema
1201 SEMA.

1202 Rapidamente, eu perguntei ao nosso Secretário se eu poderia fazer uma
1203 resposta, já que a Tribuna Livre não cabe respostas em relação às perguntas. Mas
1204 como foram perguntas e a título de esclarecimento, tentarei ser bem breve.
1205 Primeiro o Jorge Augusto, que é o Superintendente do IBAMA, está no Conselho
1206 pelo Conselho Regional de Biologia, pediu para informar especialmente ao
1207 CEDEA e ao pessoal da Colônia Faria que estão sendo levantados todos os
1208 apontamentos vocês. Não foi dada a LP ainda, o processo está em análise de LP.
1209 E ele pediu para colocar para vocês que todos os apontamentos levantados por
1210 vocês estão sendo apontados pela equipe técnica do IBAMA. Então, esperamos
1211 que a gente consiga vitória nesse particular.

1212 Adriano, concordo com o que você colocou. Foi um erro da assessoria
1213 técnica da Secretaria, ao editar a resolução que trata do Prêmio Mãe Natureza. A
1214 resolução tinha sido solicitada por mim e na minuta eu coloquei que o Conselho
1215 decidiria quem seriam os representantes, mas determinadas pessoas da assessoria
1216 técnica levaram ao Secretário sem a versão feita por essa pessoa que voz fala.
1217 Então, já estou pedindo que o João Batista coloque na pauta da próxima
1218 extraordinária uma minuta de resolução instituindo esse prêmio por este
1219 Conselho, com este Conselho decidindo os critérios julgadores, com este
1220 Conselho decidindo quem será o comitê de julgamento para que seja
1221 institucionalizado pelo CEMA, atendendo ao que você coloca e concordo.

1222 Em relação ao pinhão eu entendo a sua posição, mas anualmente o IAP
1223 edita uma portaria do pinhão. Há anos! Senão me engano há dez anos, senão me
1224 falha a memória o IAP edita uma portaria. Como não aventamos a possibilidade
1225 de aprovar para este ano, a portaria saiu para o ano de 2014. Não é uma
1226 desconsideração ao trabalho técnico exemplar que a Câmara e o grupo de

1227 trabalho fizeram João. É, sim, uma situação emergencial para o ano de 2014.
1228 Então, nós vamos continuar para publicar esta resolução com base em todos os
1229 estudos levados entre você e outros voluntários dentro desta Câmara, para que a
1230 gente possa fazer uma regra para a temporal em relação à colheita do pinhão e ao
1231 uso da araucária.

1232 Então, não houve uma desconsideração, mas é uma emergência em
1233 relação a 2014 que já tinha passado o tempo e se não editasse a portaria não
1234 haveria marco legal para falar: “Você não pode colher agora.” Então, na situação
1235 em que o IAP deveria continuar fazendo, ele editou em 2014 porque não tivemos
1236 tempo hábil de fazê-lo. Só por isso.

1237 A Sra. Conselheira Laura Jesus de Moura e Costa (CEDEA):- Eu queria
1238 fazer uma proposta de tirarmos uma moção para encaminhar para o NCT e para a
1239 Presidente Dilma e também para o IBAMA em apoio à luta da Colônia Faria e na
1240 busca de um tratamento alternativo que não destrua ali...

1241 O Sr. Presidente do CEMA, Antônio Caetano de Paulo Júnior:- Laura, eu
1242 concordo, mas de acordo com o regimento interno toda moção tem que ser
1243 apresentada por escrito anteriormente para que haja tempo para os Conselheiros
1244 debaterem. Como estamos na Tribuna Livre eu não posso deliberar na Tribuna
1245 Livre. Então, peço desculpas, peço ao Secretário Executivo, escreva a moção,
1246 entregue ao Conselho Executivo para que ele apresente na Câmara Técnica e
1247 apresenta ao plenário para fazer a votação na próxima reunião. Mas de qualquer
1248 forma vamos lutar para o IBAMA atenda os nossos pedidos e nós vamos
1249 conversar.

1250 Respondendo ao Conselheiro Adriano sobre a Rede Estadual dos Direitos
1251 Animais. Primeiro só quero destacar que o Paraná é o único estado que tem uma
1252 política de direito aos animais, que é muito diferente de proteção animal, que é
1253 diferente de defesa animal, porque não é o homem se sobrepondo a outras formas
1254 de vida, mas sim reconhecer o animal como um direito nato a ele e não um
1255 direito homocêntrico ou antropocêntrico. Então, neste momento, Adriano, o que
1256 está sendo votado, foi aprovado pelo governador, é a criação de uma rede onde se
1257 estabelecerá rede de contato entre várias ONG's que trabalham e militam na

1258 questão do direito animal, da proteção animal e da defesa animal, porque são
1259 segmentos protecionistas, várias Secretarias de Estado que envolva a questão, a
1260 Secretaria da Saúde pela vigilância sanitária, a Secretaria de Agricultura e
1261 Abastecimento, a Secretaria de Esportes, a Secretaria de Meio Ambiente,
1262 DETRAN e uma série de outros componentes governamentais com a idéia de
1263 estabelecer, por meio de audiências públicas, a política estadual dos direitos
1264 animais.

1265 Então, é um decreto que cria uma rede de contato para criar a política
1266 estadual por meio de debates na sociedade, o Conselho com certeza será um dos
1267 participantes, mas em especial aqueles que militam neste movimento e porque
1268 envolvem múltiplos órgãos do Estado, como acabei de citar e da sociedade civil,
1269 o município porque ele é o responsável pela saúde animal em seu município.
1270 Então, se um animal de rua estiver abandonado e for atropelado, a
1271 responsabilidade é dele e não do Estado, nós temos que cobrar que os municípios
1272 façam. E criar o Conselho Estadual dos Direitos Animais, que vai ser um
1273 conselho consultivo, ele não compete com este Conselho que tem caráter
1274 deliberativo, para que haja debates aprofundados sobre controle ético de
1275 população canina, a proibição de extermínio de animais, como já existe uma lei,
1276 direitos dos animais exóticos urbanos como as pombas evitando que haja
1277 massacre, um dano causado pelo homem, que haja a multiplicação de um outro
1278 ser vivo e que nós, por capricho humano, acabamos de fazer o extermínio deles.

1279 Então, rapidamente, me perdoem as imprecisões dos termos, mas este é o
1280 objetivo. Então, ele é um início de um processo, de um processo de envolver a
1281 sociedade civil, os municípios e o Estado no debate dos direitos animais.

1282 Agradeço a presença de todos, pedir desculpas pelo alongado das falas,
1283 mas garantir que este nosso Conselho seja cada vez mais valorizado e que possa
1284 definir. Então, a gente já conversou uma vez e vou reafirmar, este semestre, em
1285 45 ou 60 dias, estaremos fazendo uma reunião extraordinária do Conselho para
1286 deliberar pinhão, por exemplo, e outras situações que serão encaminhadas para os
1287 Conselhos. E se houver manifestação por escrita colocamos ao Conselho.

1288 Não havendo mais nada a tratar, agradecendo a todos os presentes, dou
1289 por encerrada a 89ª reunião do Conselho Estadual de Meio Ambiente. Está
1290 encerrada a reunião.